

Atendimento de instituições financeiras às recomendações de evidenciação ambiental da Global Reporting Initiative (GRI)

Service financial institutions to environmental disclosure recommendations of the Global Reporting Initiative (GRI)

Geovana Zimmermann Los *

UNISINOS

Ernani Ott †

UNISINOS

Patrícia Schneider Severo ‡

UNISINOS

João Eduardo Prudêncio Tinoco §

UNISINOS

RESUMO

Este artigo descreve o comportamento de cinco instituições financeiras pertencentes à carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa do ano de 2011 quanto ao atendimento ao que preceitua a Global Reporting Initiative (GRI) - Suplemento Setorial de Serviços Financeiros (SSSF) sobre a evidenciação nos Relatórios de Sustentabilidade de informações de caráter ambiental. A pesquisa é aplicada, qualitativa, descritiva e documental, tendo-se adotado a técnica de análise de conteúdo. Os resultados do estudo revelam que as divulgações realizadas pelas instituições financeiras da amostra são aderentes ao que estabelece o padrão verificado, pois a quase totalidade faz referência aos indicadores. No entanto, quanto às unidades de medida evidenciadas pelas instituições nos indicadores não há estabelecimento de um padrão, o que dificulta a comparação da própria instituição em relação ao consumo do exercício atual e do anterior, bem como a comparação entre as instituições.

Palavras-chave: 1. Evidenciação Ambiental 2. Global Reporting Initiative; 3. Serviços Financeiros. 4. Índice de Sustentabilidade Empresarial. 5. Relatórios de Sustentabilidade. 6. BM&FBovespa.

ABSTRACT

This article describes the behavior of five financial institutions falling within the portfolio of the Corporate Sustainability Index (ISE) of BM&FBovespa of 2011 as service to the precepts of the Global Reporting Initiative (GRI) - Sector Supplement Financial Services (SSSF) on disclosure in Sustainability Reporting environmental background information. The research

* Geovana Zimmermann Los, mestranda do PPG da UNISINOS em Ciências Contábeis. E-mail: gzlos@hotmail.com

† Ernani Ott, doutor e professor do mestrado em Ciências Contábeis da UNISINOS. E-mail: ernani@unisinios.br

‡ Patrícia Schneider Severo, mestranda do PPG da UNISINOS em Ciências Contábeis. E-mail: patriciassevero@hotmail.com

§ João Eduardo Prudêncio Tinoco, doutor e professor do mestrado em Ciências Contábeis da UNISINOS. E-mail: tinocojoao@uol.com.br

is applied, qualitative, descriptive and documentary, having adopted the technique of content analysis. The study results show that the disclosures made by financial institutions in the sample are adherent to establishing the pattern observed, as almost all references to indicators. However, the units of measurement evidenced by the institutions in the indicators no establishment of a standard, which makes comparison of the institution in relation to consumption of the current year and the previous as well as the comparison between the institutions.

Keywords: 1. Environmental Disclosure; 2. Global Reporting Initiative; 3. Financial Services. 4. Sustainability Index Business. 5. Sustainability Reports. 6. BM&FBovespa.

1. INTRODUÇÃO

Até à década de 1970 o desenvolvimento das entidades tinha como objetivo somente o retorno econômico, sem levar em conta aspectos relacionados com o meio ambiente (FRIEDMAN, 2009). A partir dos anos 1970, as organizações começaram a perceber que suas atividades econômicas seriam comprometidas no longo prazo se as decisões continuassem a serem tomadas considerando apenas o aspecto financeiro. Assim, começaram os debates sobre responsabilidade social corporativa (RSC) e sustentabilidade.

Caldelli e Parmigiani (2004) esclarecem sobre as principais diferenças entre estes dois conceitos, os quais se inter-relacionam e são comumente confundidos. A RSC refere-se à inclusão de critérios sociais e ambientais no processo decisório da empresa, além do econômico. Já a sustentabilidade é a predisposição da empresa em assumir os encargos pelos impactos causados na sociedade.

O conceito mais difundido na literatura encontra-se no documento A/42/427, denominado de Relatório *Brundtland*, emitido pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento no ano de 1987, que elege o desenvolvimento sustentável como aquele que satisfaz às necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade de gerações futuras em satisfazer suas próprias necessidades (AMARAL, 2003; BEATO, SOUZA, PARISOTTO, 2009).

Dez anos mais tarde, em 1997, foi criada a *Global Reporting Initiative* (GRI) entidade não governamental, com sede na Holanda, tendo uma estrutura de *multistakeholders* e objetivo de definir um padrão de apresentação para os relatórios de sustentabilidade. Para a GRI (2010, p. 6) “elaborar os relatórios de sustentabilidade é a prática de medir, divulgar e prestar contas para *stakeholders* internos e externos do desempenho organizacional visando ao desenvolvimento sustentável”.

A fim de atender aos princípios para definição do conteúdo do relatório de sustentabilidade, a GRI emitiu pronunciamentos específicos para setores da economia, como o suplemento para o setor de serviços financeiros, objeto de estudo nesse artigo. Assim, nesse estudo busca-se responder o seguinte problema de pesquisa: Qual é a aderência de instituições financeiras pertencentes à carteira do ISE 2011 às recomendações de evidência ambiental da *Global Reporting Initiative* - Suplemento Setorial de Serviços Financeiros? O objetivo geral, portanto, é descrever a aderência de instituições financeiras pertencentes à carteira do ISE 2011 às recomendações de evidência ambiental da *Global Reporting Initiative* - Suplemento Setorial de Serviços Financeiros.

Estudos como de Acquier e Agerri (2008); Santos e Silva (2010); Strugatch (2011); Vasconcelos; Alves; Pesqueux (2012); Sun (2012), entre outros, têm abordado a temática relacionada com a responsabilidade social corporativa e investigado as práticas socioambientais das organizações, no entanto, há um número limitado de pesquisas que tenham investigado o comportamento socioambiental de instituições financeiras (BENEDICTO, 2012; KHAN *et al.*, 2011 e NASCIMENTO *et al.*, 2011). Dentre as

externalidades presentes nas instituições financeiras, destacam-se o consumo de papel, o de energia elétrica, cartuchos e tonner, dentre outros. Desta forma, estudo específico sobre a divulgação de informações ambientais no padrão *Global Reporting Initiative*, no que se refere ao Suplemento Setorial de Serviços Financeiros encontra plena justificativa.

2 ESTUDOS SOBRE RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA (RSC) EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Achua (2008) analisou a importância da RSC na estabilidade bancária na Nigéria, considerando que o sistema bancário é a mola propulsora para o desenvolvimento socioeconômico de uma nação. O autor identificou vícios auto-induzidos, pouca regulamentação, ambiente macro-econômico desfavorável e corrupção endêmica como inibidores de desempenho eficaz de RSC nas instituições bancárias na Nigéria.

Khan, Halabi e Samy (2009) investigaram as práticas de comunicação social de algumas instituições bancárias de Bangladesh, e a percepção dos usuários quanto às divulgações da RSC. Com base nos relatórios anuais de 20 instituições bancárias listadas em *Dhaka Stock Exchange* (DSE), os resultados indicam que as instituições bancárias fizeram algumas (ainda que poucas) divulgações sobre RSC em base voluntária.

Day e Woodward (2009) analisaram o nível de cumprimento das diretrizes específicas desenvolvidas para o setor de serviços financeiros do Reino Unido nas divulgações da RSC das organizações que compõem seus três subsetores (bancos, seguradoras e sociedades de construção). Os pesquisadores encontraram um nível de divulgação baixo em todo o setor de serviços financeiros, constatando maior divulgação em organizações maiores.

Wajnberg e Lemme (2009) examinaram as informações socioambientais divulgadas por instituições do setor bancário brasileiro para entender sua associação com o desempenho financeiro corporativo. Os resultados sugerem que tanto as práticas de sustentabilidade como os maiores níveis de associação destas com o desempenho financeiro corporativo, se fazem mais presentes na divulgação de informações de empresas de maior porte.

Aribi e Gao (2010) analisaram a influência do Islã na divulgação da Responsabilidade Social Corporativa (DRSC) em instituições financeiras islâmicas (IFI). Os autores observaram diferenças significativas no nível e na extensão da divulgação entre as instituições financeiras, em grande parte devido à divulgação sobre temas como religião, incluindo dentre outras doação de caridade, e empréstimos sem juros.

Moretti (2010) investigou a comunicação de alguns bancos nacionais com base no apelo social ou ambiental, comparativamente a evidências de suas práticas de responsabilidade social. O autor conclui que práticas do setor bancário em temas como trabalhadores, meio ambiente e consumidores apresentam resultados assimétricos negativos em comparação ao que é apresentado nas campanhas publicitárias, e o relacionamento com os consumidores teve notas baixas.

Farook, Hassan e Lanis (2011) desenvolveram e testaram um modelo teórico dos determinantes das divulgações sociais nos bancos islâmicos. Os resultados indicam que a divulgação da Responsabilidade Social por bancos islâmicos variou significativamente, e que a variação é mais bem explicada pela influência do público e pela Sharia (Lei Islâmica). O nível social, liberdade política e a proporção de depósitos em conta de investimento em ativos totais são também determinantes significativos da divulgação da RSC dos bancos islâmicos.

Nascimento *et al.* (2011) analisaram o Grau de Aderência Plena (GAPIE) e de Evidenciação Efetiva (GEE) de cinco bancos, considerando os indicadores essenciais econômicos, ambientais e sociais. Dois bancos apresentaram alto GAPIE e um apresentou alto GEE. O GAPIE e o GEE tiveram em geral um nível de aplicação médio, refletindo a enorme quantidade de dados omitidos, inconsistentes ou com aderência parcial apresentados pelas

instituições. O melhor desempenho do GAPIE ocorreu na área ambiental, e do GEE na área social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é caracterizada como descritiva quanto aos objetivos, qualitativa quanto à abordagem do problema e documental quanto aos procedimentos técnicos (GIL, 2010). A população do estudo é não probabilística e compreende somente as instituições cujo objeto é a intermediação de serviços financeiros, pertencentes à carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa no período de 2011 a 2013, a saber: Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco e Santander e Bicbanco. A escolha do período justifica-se por abranger o maior número de elementos da pesquisa, visto que a carteira do ISE é formada anualmente pelas empresas que se destacam em termos de Responsabilidade Corporativa e Sustentabilidade Empresarial.

A amostra, porém foi compreendida por somente quatro das instituições que compreenderam a população, uma vez que não obteve-se acesso ao relatório anual dos anos de 2011 e 2012 do Bicbanco, no sítio da instituição, somente o relatório de 2013 estava disponível, assim a instituição foi excluído da amostra.

O objeto de pesquisa foram os Relatórios Anuais ou de Sustentabilidade divulgados pelas instituições da amostra, considerando somente os Indicadores Essenciais de Desempenho Ambiental, classificados de acordo com a G3 da GRI-SSSF (2010) em: (1) materiais; (2) água; (3) biodiversidade; (4) emissões, efluentes e resíduos; (5) produtos e serviços; (6) conformidade; (7) transporte; e aspecto geral. Assim, buscou-se evidencição dos seguintes indicadores nos relatórios, constatando sua divulgação ou não pelas instituições.

Os indicadores EN5, EN6, EN7, EN9, EN10, EN13, EN14, EN15, EN18, EN24, EN25, EN29 e o EN30 não integraram a pesquisa por referir-se a indicadores adicionais, assim as organizações dispõem de discricionariedade na evidencição dos mesmos.

O estudo compreendeu 204 observações resultadas de 17 indicadores essenciais ambientais de quatro instituições no triênio 2011-2013. Os dados foram coletados nos relatórios anual ou de sustentabilidade, em formato PDF publicado pelas instituições financeiras. Destaca-se que o Itaú Unibanco apresentou em 2012 somente versão *on line* do Relatório Anual. O Bradesco evidenciou no relatório de 2011, que os indicadores estavam descritos no “Caderno de Indicadores”, este então foi o objeto de pesquisa para o ano, porém o mesmo relatório não foi encontrado para os demais anos (2012 e 2013) assim, utilizou-se o Relatório de Sustentabilidade e Anual nos anos de 2012 e 2013 para o Bradesco.

Na análise dos dados utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, na qual a organização da codificação compreende três escolhas: 1) o universo de análise; 2) as unidades de análise ou unidades de registro; 3) as categorias de análise (BARDIN, 1997).

Na análise dos dados foram evidenciadas as informações por indicador apresentando-se no capítulo 4 o relato de cada instituição em ordem decrescente do Ativo Total, conforme *ranking* do Banco Central do Brasil (BCB) em setembro de 2013. Assim, apresentam-se primeiramente as evidencições do Banco do Brasil, seguido do Itaú Unibanco, Bradesco e finalizando com o Santander.

Indicador	Descrição
Aspecto: Materiais	
EN1	Materiais usados por peso ou volume
EN2	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem.
Aspecto: Energia	
EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.
EN4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte de energia primária
Aspecto: Água	
EN8	Total de retirada de água por fonte.
Aspecto: Biodiversidade	
EN11	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.
EN12	Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.
Aspecto: Emissões, Efluentes e Resíduos	
EN16	Total de emissões diretas de gases de efeito estufa, por peso. <i>FS: Comentário Específico ao Setor de Serviços Financeiros a Respeito do Indicador EN16. Comentário adicionado sugerindo o relato de emissões de gases de efeito estufa relacionadas a viagens de negócios</i>
EN17	Emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso.
EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso.
EN20	Nox, Sox e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.
EN21	Descarte total de água, por qualidade e destinação.
EN22	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição. <i>FS: Comentário Específico ao Setor de Serviços Financeiros a Respeito do Indicador Ambiental EN22 Comentário adicionado para especificar que os principais tipos de resíduos das instituições financeiras são papel e lixo eletrônico.</i>
EN23	Número e volume total de derramamentos significativos.
Aspecto: Produtos e Serviços	
EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.
EN27	Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.
Aspecto: Conformidade	
EN28	Valor monetário de multas significativas e número de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais.

Quadro 1: Indicadores Essenciais de Desempenho Ambiental – GRI (SSSF).

Fonte: *Global Reporting Initiative (2010)* - Suplemento Setorial de Serviços Financeiros.

Como restrição do estudo destaca-se que algumas instituições já estão publicando os relatórios do ano de 2013 de acordo com a G4 da Global Reporting Initiative. Assim, houve restrição para verificar os indicadores e dificuldade de comparação dos dados entre as próprias instituições. Corroborando com Gafuri, Santos e Soutes (2013) que embora a GRI esteja em transição da 3ª geração: “G3” e “G3.1” para a 4ª geração “G4”, esta será exigida para as divulgações realizadas a partir de 31 de dezembro de 2015. Entretanto, há organizações que estão divulgando os relatórios de sustentabilidade seguindo a diretriz mais recente (G4).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

As evidenciações divulgadas pelas instituições da amostra referentes a cada indicador de desempenho ambiental, padrão *Global Reporting Initiative* – Suplemento Setorial de Serviços Financeiros, versão G3.0 (2000-2011) são apresentadas e analisadas a seguir. A GRI divulgou em 2013 a versão G4, porém optou-se pelo uso da versão anterior considerando que o período da amostra compreende 2011-2013. A seguir apresenta-se a descrição e posteriormente a análise por indicadores.

4.1 INDICADOR EN1 - MATERIAIS USADOS POR PESO OU VOLUME

O Banco do Brasil evidenciou em 2011 quanto ao papel que possui o projeto Dossiê Eletrônico de Operações, que possibilita a substituição de cópias físicas de documentos por imagens digitalizadas. A instituição destaca o consumo de papel A4 no ano de 2011 foi de 3.399 toneladas. Em 2012 para reduzir o consumo de papel, a instituição divulgou que adotou desde 2011 a prática de aquisição de papel A4 branco de 70 gramas – produzido com tecnologia que utiliza 6,67% menos matéria-prima (frente ao papel tradicional de 75 gramas) – certificado pelo *Forest Stewardship Council* (FSC). Porém, a produção do papel de 70 gramas foi descontinuada pelo único fabricante do Brasil no primeiro semestre de 2012, motivo pelo qual o banco voltou a utilizar papel de 75 gramas a partir do segundo semestre de 2012. O consumo ano de 2012 foi de 3.342 toneladas e no relatório de 2013 o saldo foi de 3.391 toneladas. A instituição expressa que o papel é o material mais consumido pelo Banco. Para reduzir o consumo, as assinaturas de jornais e revistas estão sendo substituídas por assinaturas on-line.

O Itaú Unibanco apresenta o consumo de materiais discriminado de acordo com a tabela a seguir elaborada para o triênio da pesquisa.

Tabela 1: EN- Materiais usados por peso ou volume do Itaú Unibanco

Uso de materiais (t)	2011	2012	2013
Cheques	764	724	616
Correspondências	4.513	3.325	2.826
Resmas A4 – agências	4.111	2.165	2.066
Outros tipos de papel	2.264	4.449	7.414
Material de TI	236	189	407
Plástico (PVC)	254	186	135
Total de material consumido	12.142	11.037	13.465

Fonte: Relatórios de Anual e de Sustentabilidade Itaú Unibanco (2011, 2012 e 2013).

O Itaú Unibanco destaca sua preocupação com o aumento de material de 2012 para 2013 e evidencia no relato de 2013 que a previsão para o ano de 2014 é o retorno aos volumes de 2013.

No relatório de sustentabilidade do Bradesco relativo ao ano de 2011 são expressas as seguintes informações: (a) *Toners*/cartuchos de tinta novos – 2.699 unidades; (b) *Toners*/cartuchos de tinta remanufaturados – 70.458 unidades; (c) Papel A4 branco certificado pela FSC – 3.835,15 toneladas; (d) Plástico usado em cartões – 225,80 toneladas; (e) Plástico em cartões de senha de segurança – 87 toneladas; (f) Plásticos em cartões de segurados – 33,56 toneladas; (g) Papéis reciclados – 196 toneladas; (h) Persianas provenientes de material reciclado – 3.299,41 m² e (i) Cartões de PET reciclado – 1,28 toneladas. No relatório de

sustentabilidade relativo do ano 2012, a instituição reporta a evidenciação no “Caderno de Indicadores”, entretanto, não foi possível localizar o mesmo no endereço informado pelo Banco Bradesco. Assim, o EN-1 não foi encontrado para o ano de 2012. E no ano de 2013 o Bradesco evidencia a divulgação seguindo as diretrizes da GRI, G4, assim também não foi possível localizar as informações do consumo de materiais por peso ou volume no relatório de 2013.

O Banco Santander em 2011 e 2012 considera o indicador como não material. Já em 2013 a instituição evidencia que adota um sistema de impressão segura em alguns edifícios administrativos. Para imprimir, o funcionário precisa usar seu crachá, o que inibe impressões desnecessárias. As máquinas são configuradas para imprimir em frente e verso do papel, com duas páginas em cada face. O Banco também incentiva os clientes a usarem meios eletrônicos, em substituição ao papel, em extratos, faturas de cartão e boletos. Além disso, monitora o consumo de papel nos processos e na papelaria de *marketing* e comunicação; adota exclusivamente papel certificado FSC; e realiza coleta seletiva nas áreas centrais e agências. O banco relata no mesmo relatório que em 2013 consumiu 8.891 toneladas de papel frente a 8.671 em 2012, o que representou um aumento de 2%.

Os dados expostos quanto à divulgação do EN1 revelam que o Itaú Unibanco e o Bradesco são os que mais divulgaram o uso dos materiais em suas atividades operacionais, não se restringindo somente ao uso do papel como foi divulgado pelo Banco do Brasil. Verifica-se que não há uma uniformização sobre o indicador EN1, sendo que cada instituição divulga os dados de acordo com critérios próprios. Destaca-se no Banco do Brasil e no Itaú Unibanco a preocupação em reduzir o volume de papel, bem como o Santander em incentivar os clientes com o uso de extrato eletrônico em substituição ao impresso.

A seguir apresentam-se as informações divulgadas sobre o indicador EN2.

4.2 INDICADOR EN2 - PERCENTUAL DOS MATERIAIS USADOS PROVENIENTES DE RECICLAGEM.

O Banco do Brasil divulga no relatório anual de 2011 o programa de Coleta Seletiva – ligado ao Programa Ecoeficiência, mantido desde 2008. O programa foi ampliado em 2011 e chegou a todos os municípios paranaenses onde a instituição atua, com o encaminhamento dos resíduos a cooperativas e/ou associações de catadores. O banco admite ainda o Programa de Recondicionamento de Cartuchos de Toner (Prorec): em 2011 resultou no recondicionamento de 103.801 unidades, das 109.229 consumidas, resultando num percentual de 95% recondicionados. O mesmo indicador foi observado em 2012 onde foram consumidos 103.263 Cartuchos de Toner sendo que destes 99.651 foram recondicionados resultando num percentual de recondicionamento de 96,5. No ano de 2013 o percentual obteve pequena alta, 96,7, extraído do consumo de 106.371 consumido para 102.867 proveniente de reciclagem.

O Itaú Unibanco no relatório de 2011 divulgou que não há nenhum consumo mensurado de materiais provenientes de reciclagem. Entretanto, para minimizar os impactos no consumo de materiais é adotada por algumas áreas a utilização de materiais certificados. A área de crédito ao consumidor determinou, por meio de análises de impactos ambientais, a utilização de insumos certificados em detrimento de materiais reciclados – por isso, adota em todas as faturas emitidas papéis certificados pelo FSC. Para 2012 e 2013 não foram encontradas evidências do indicador EN-2 no Itaú Unibanco.

O Bradesco em 2011 evidencia seguintes dados relativos: *Toners*/cartuchos de tinta remanufaturados – 96,34%; Papéis reciclados (toneladas) – 4,86%; Cartões de PET reciclado (toneladas) – 0,57%. Nos relatórios de 2012 e 2013 não foram encontradas evidências do indicador no banco Bradesco.

Não foram encontradas evidência do EN2 nos relatórios anuais do Banco Santander para o período da pesquisa.

Com base nos dados apresentados, observa-se que as instituições reportam-se ao consumo de *toners* e cartuchos, bem como ao papel como materiais que são utilizados observando o processo de reciclagem. Na divulgação dos dados pelo Banco Bradesco tem-se os percentuais de materiais reciclados, não sendo divulgado o total consumido, o que dificulta a compreensão do leitor. O Itaú Unibanco em 2011 faz uma divulgação descritiva e não atende ao escopo do indiciador. Observa-se ainda, que não há padronização das informações pelas instituições.

A seguir os dados divulgados pelas instituições relacionados com o indicador EN3.

4.3 INDICADOR EN3 – CONSUMO DE ENERGIA DIRETA DISCRIMINADO POR FONTE DE ENERGIA PRIMÁRIA

Embora apresente no quesito mudanças climáticas do relatório de 2011, não foi possível observar com clareza a evidencição do EN3 no Relatório do Banco do Brasil. Já no relatório de 2012 a instituição divulga o consumo de óleo diesel de 23.123,81 giga joules, e evidencia neste mesmo o consumo do ano de 2011 que foi de 15.801,54 Gjoules. Em 2013 a Instituição apresentou os dados utilizando a unidades de medida em litros. Assim, divulga que foram utilizados 842.476 litros de óleo diesel (368.931 de óleo diesel e 473.544 de óleo diesel S10).

O Itaú Unibanco em 2011 divulgou o consumo de energia direta de fonte não renováveis: 70.472,30 GJ (Giga Joules) e, fonte renováveis: 1.372,00 GJ, totalizando 71.844,30 GJ. No relatório anual de 2012, formato *on line* não foi apresentado o indicador EN3. Já no relatório de 2013 a instituição divulga que em 2011 foram gastos 2.205.501 GJ, em 2012 foram utilizados 2.214.667 GJ. Percebe-se que o valor de 2011 foi alterado pelo fato de em 2013, os dados de consumo da rede começaram a ser considerados (2.809,72 MWh). Por fim apresenta-se o consumo de 2.204.253 GJ para 2013.

O Bradesco divulgou em 2011 o indicador EN3 a seguir discriminado: gasolina-865.832,53; álcool-281.989,51; GNV-15.989,89; jet fuel-179.009,58; diesel-1.160.459,75; gasolina de aviação-29.560,45. Não foi possível identificar o indicador EN3 nos relatórios do Bradesco para os anos de 2012 e 2013.

O Banco Santander considerou o indicador EN3 como não material nos relatório de 2011 e 2012. Já no relatório de 2013 a Instituição divulgou a intensidade energética em giga joules por funcionário (GJ/funcionário), sendo discriminado por rede de agências e edifícios. Nas redes de agência em 2011 foi de 21,6, em 2012 foram gastos 20,5 e 2013 correspondeu a 20,0 GJ/funcionário). Nos edifícios foram gasto em 16,4 em 2011, 15,7 em 2012 e em 2013 14,0 GJ/funcionário.

Percebe-se a falta de padronização do indicador pelas instituições. No caso do Banco do Brasil, primeiramente evidenciou-se em giga joules e em 2013 a unidade de medida foi em litro. Fato percebido ainda, no Itaú Unibanco que para o ano de 2013 houve adoção de nova unidade de medida (MWh). E por fim, o Banco Santander divulga a informação em giga joules por funcionário.

4.4 INDICADOR EN4 - CONSUMO DE ENERGIA INDIRETA DISCRIMINADO POR FONTE DE ENERGIA PRIMÁRIA

O Banco do Brasil divulga que a energia indireta consumida é adquirida de concessionárias de energia e que a fonte dessas distribuidoras é baseada na matriz energética brasileira, majoritariamente renovável (cerca de 70%). Em 2011 o banco consumiu 2.307 Tj

(Terajoules) de energia. Em 2012 a instituição consumiu 2.830 TJoule e em 2013 foram 2.545. Assim, verifica-se que houve uma redução percentual de 11,2 de 2012 para 2013.

O Itaú Unibanco em 2011 divulgou que o consumo de energia indireta no ano de 2011 foi de 2.208.433,0 GJ (Gigajoules). Em 2012 e 2013 não foram encontradas evidências do EN4.

O Bradesco em 2011 evidencia o consumo de energia em GJ (Gigajoules) relativos ao exercício 2011: eletricidade comprada – 1.497.102,21 o que corresponde a 14,17 GJ por funcionário. Nos relatórios de 2012 e 2013 não foram encontradas evidências do indicador EN4.

O Santander considerou em 2011 o indicador como não material. No relatório anual de 2012 a instituição apresenta que o consumo de energia foi de 255.318.692 KW/h, e destaca que foi 13% a mais do que em 2011. Já em 2013 não foi apresentado o EN4.

Percebe-se pelos dados evidenciados no indicador EN4 uma maior uniformização das divulgações pelas instituições, as quais se reportam ao consumo de energia obtido através das concessionárias, divulgando o consumo em gigajoules (Gj) e ou terajoules (Tj) totais e por funcionários (Bradesco e Santander). Os dados apresentados pelo Banco do Brasil reportam ao consumo do ano anterior. Entretanto, não há padronização dos indicadores, principalmente quanto às unidades de medida, dificultando a análise dos usuários da informação. As informações sobre o indicador EN8 apresentadas nos relatórios são:

4.5 INDICADOR EN8 - TOTAL DE RETIRADA DE ÁGUA POR FONTE

O Banco do Brasil relata o consumo de água somente nos edifícios administrativos com sede em Brasília, sendo que em 2011 foram utilizados 254.549 m³ de água nos edifícios com sede na capital federal. Em 2012 a instituição divulgou do volume de 243.570 m³ também para os edifícios de Brasília. Já em 2013 o Banco do Brasil divulgou que trabalhou no aperfeiçoamento do Painel de Gerenciamento de Água. A partir de 2013 passou a disponibilizar informações sobre o consumo de água total em suas dependências. Assim, o volume foi de 2.371.408 m³ em 2013, ante 2.853.212 m³ consumidos no ano anterior. Houve redução de 16,8% no índice de consumo total, apesar do crescimento vegetativo da rede, o que significou uma economia de R\$ 4,4 milhões, considerando-se o aumento de tarifas praticadas no período.

O Itaú Unibanco relata em 2011 que o volume de água retirada de fontes hídricas pelos prédios administrativos e agências foi de 2.014.171 m³. Desse total, 1.915.881 m³ vieram de concessionárias, e 98.290 m³, dos poços artesianos do Centro Administrativo Raposo. Em 2012, a instituição evidencia que o volume de água retirada de fontes hídricas pelos polos administrativos e rede de agências foi de 1.894.650 m³, o que representa uma diminuição de cerca de 6% em comparação a 2011. Desse total, 1.197.768 m³ foram consumidos pela rede de agências, nas concessionárias, e 696.882 m³ pelos prédios administrativos, em poços artesianos e concessionárias. No relatório anual de 2013 o banco apresenta o consumo de água de 2013 de 1.675.031 m³, frente à 1.842.180 m³ em 2012 e 1.896.549 m³ em 2011.

O Bradesco evidencia os seguintes dados relativos ao exercício 2011: Captação pluvial – 1.369 m³; Captação de água subterrânea - poços – Alphaville – 8.537 m³; captação de água subterrânea - poços – Cidade de Deus – 103.379 m³; rede pública de abastecimento - 1.508.355,44 m³; valor que representou 15 m³ por funcionário. Nos relatórios de 2012 e 2013 não se obteve evidências do indicador EN8.

O Santander em 2011 informa que toda a água consumida pelo banco é proveniente de Concessionária Pública de Abastecimento. O Santander evidencia ainda que diante da expansão da rede e do aumento do número de construções, o consumo total de água registrou

um aumento de 11,95% em 2011, na comparação com o ano anterior. No total, foram utilizados 1.061.955 m³ de água. Já em 2012 o consumo de água atingiu 1.173.175 m³, com aumento de 9,8%, no relatório de 2013 não houve evidências.

Quando à divulgação do indicador EN8, observa-se que o Banco do Brasil evidencia o consumo apenas nos edifícios com sede em Brasília para os anos 2011 e 2012. Já o Itaú Unibanco, Bradesco e Santander reportam o consumo total, incluindo todas as dependências. Todas as instituições reportam que o maior consumo provém de concessionárias de abastecimentos. Os dados divulgados em relação ao indicador EN11 são expostos na sequência.

4.6 INDICADOR EN11 - LOCALIZAÇÃO E TAMANHO DA ÁREA POSSUÍDA, ARRENDADA OU ADMINISTRADA DENTRO DE ÁREAS PROTEGIDAS, OU ADJACENTE A ELAS, E ÁREAS DE ALTO ÍNDICE DE BIODIVERSIDADE FORA DAS ÁREAS PROTEGIDAS.

O Banco do Brasil divulga no relatório de 2011 que apesar de não manter unidades em áreas protegidas ou que comprometam significativamente a biodiversidade, o tema é contemplado pelo banco em sua visão de sustentabilidade por meio da adesão a documentos relacionados. É o caso do Grupo de Trabalho da Moratória da Soja, no âmbito do qual a instituição se compromete a não financiar projetos em áreas desmatadas do bioma Amazônia.

O Banco participa ainda do Fórum Amazônia Sustentável, integrado por diversas entidades para identificar e adotar ações de desenvolvimento da região. Porém, tal evidência não atende ao escopo do indicador. Já em 2012 e 2013 a instituição qualifica o indicador como não material.

O Itaú Unibanco em 2011 evidencia como área de preservação a Fundação Itauclube que possui uma área protegida, localizada no Clube de Campo Guarapiranga, na capital paulista, com 7.601 m² de área construída em um terreno de 73.276 m² para uso dos funcionários da instituição. O clube encontra-se em área de proteção aos mananciais (APM) e subárea envoltória de represa (SER) de extrema importância para a região, cujo valor de conservação é regulado pela Lei nº 13.885/04, que trata do Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo da Subprefeitura do M'Boi Mirim, e por seu zoneamento como Zona de Lazer e Turismo (ZLT-02), que definem normas de uso e parcelamento do solo urbano em área de preservação obrigatória. Nos relatórios de 2012 e 2013 não foram encontradas evidências do indicador EN11.

O Bradesco em 2011 e 2012 informa que não opera dentro de áreas (possuídas, arrendadas ou administradas) protegidas, áreas de alto índice de biodiversidade ou áreas adjacentes a estas, assim, considera-se a divulgação do indicador pela instituição. Já em 2013 não foram encontradas evidências do indicador EN11.

O Banco Santander não evidenciou o indicador em nenhum relatório anual que compreendeu o período da pesquisa.

Pelos dados evidenciados no indicador EN11, percebe-se a preocupação das instituições com áreas protegidas. A única instituição que possui propriedade em áreas protegidas é o Itaú Unibanco. Tamanha atenção pode ser dispensada a divulgação do Banco do Brasil a qual se reporta a proteção ambiental em suas práticas somente no território da Amazônia, não destacando as demais partes do território brasileiro e ainda somente no ano de 2011, não é possível verificar se para os anos seguintes os projetos continuaram a ser completados. A seguir apresentam-se as evidências do indicador EN12.

4.7 INDICADOR EN12 - DESCRIÇÃO DE IMPACTOS SIGNIFICATIVOS NA BIODIVERSIDADE DE ATIVIDADES, PRODUTOS E SERVIÇOS EM ÁREAS PROTEGIDAS E EM ÁREAS DE ALTO ÍNDICE DE BIODIVERSIDADE FORA DAS ÁREAS PROTEGIDAS.

O Banco do Brasil em 2011 divulga que o indicador EN12, não é aplicável às atividades bancárias, não há operações do banco em áreas em que haja alto índice de biodiversidade. Já em 2012 e 2013 o indicador é classificado como não material. Assim, considerou-se a não evidência do indicador pela instituição.

O Itaú divulgou em 2011 que a maioria das operações da instituição financeira se situa em áreas urbanas, o banco não realiza o monitoramento dos impactos das atividades na biodiversidade. Nos relatórios de 2012 e 2013 não foram encontradas evidências do indicador EN12.

O Bradesco evidencia no relatório anual de 2011 que as suas unidades operacionais não impactam significativamente em áreas com incidência de biodiversidade. A instituição divulga em 2012 que não opera em áreas protegidas ou áreas de alto índice de biodiversidade, por estar preferencialmente localizados em centros urbanos. No relatório de 2013 não foram localizadas evidências.

O Banco Santander não divulgou o indicador em nenhum dos anos compreendidos da pesquisa.

As instituições divulgam que o indicador não é aplicável nas suas atividades. Entretanto, as instituições financeiras, como apresentado no referencial teórico, contribuem com financiamentos a projetos cujas atividades podem ser desempenhadas em áreas com alto índice de biodiversidade. Destaca-se a concessão de empréstimos e financiamentos (produtos bancários) elementos intrínsecos na aplicação e relato do EN12. A seguir as divulgações relacionadas com o indicador EN16.

4.8 INDICADOR EN16 - TOTAL DE EMISSÕES DIRETAS DE GASES DE EFEITO ESTUFA, POR PESO

O Banco do Brasil publica seu Inventário de Emissões baseado na metodologia do Programa Brasileiro GHG *Protocol*, que contempla emissões provenientes da frota de veículos, da energia elétrica (geradores próprios e energia adquirida) e deslocamentos aéreos dos funcionários, bem como transporte de malotes e descolamento de funcionários a serviço-terrestre que foram incluídos em 2011. Em 2013 a instituição divulgou ainda que tem estimulado a utilização de suas salas de videoconferência, 237 no total, implantadas em todo o País. Essa ação vem permitindo a redução gradual do número de bilhetes de passagens aéreas e as emissões de GEE oriundas dessa fonte. As divulgações do Banco do Brasil relacionadas ao indicador EN16 apresentam-se na tabela 2.

Tabela 2: EM 16 - Total de emissões diretas de gases de efeito estufa, por peso do Banco do Brasil

Fonte de emissão	Em tCO ₂ e				
	2011	2012	Variação(%)	2013	Variação(%)
Frota veículos própria uso das dependências	4.435	5.831	31,5%	5.284	-9,4%
Geradores de Energia	1.102	1.612	46,3%	2.020	25,3%
Biomassa	1.757	1.539	-12,4%	1.692	9,9%
Total	9.305	10.994	18,2%	11.009	0,1%

Fonte: Relatório Anual Banco do Brasil (2011, 2012 e 2013).

O Itaú Unibanco apresentou em 2011 emissões de GEE direta foi de 30.645,40 tCO₂e. Em 2012 a instituição apresenta o dado de 57.747,30 e 85.752,05 tCO₂e para 2013.

O Bradesco em 2011 divulga as emissões de 15.620,95 tCO₂e. Em 2012 e 2013 não houve evidências do indicador.

O Banco Santander divulgou o inventário de GEE relativo ao exercício de 2011 sendo: gases refrigerantes, geradores e frota de veículos - 7.598 CO₂ (toneladas) e compra de energia elétrica - 8.872 CO₂ (toneladas). No relatório de 2012 os gases refrigerantes, geradores e frota de veículos - 15.790 CO₂ (toneladas) e compra de energia elétrica - 22.861 CO₂ (toneladas) e viagens em aeronaves, resíduos orgânicos em terceiros, papa-pilhas, consumo elétrico em terceiros e transporte de valores e fretados foram consumidos 76.665 toneladas de CO₂. No relatório de 2013 evidencia que pauta a gestão das suas emissões de GEE pela meta de reduzir em 20% as emissões até o ano de 2015, tendo como base de comparação o ano de 2011, porém não houve descrição do consumo em 2013.

Percebe-se que todas as instituições evidenciam o indicador EN16, entretanto não há uma padronização para o relato, e ainda evidenciam o total de energia não destacando em direta e indireta. Pelas Diretrizes da *Global Reporting Initiative* – Suplemento Setorial de Serviços Financeiros, as instituições deverão divulgar comentário adicionado sugerindo o relato de emissão de gases de efeito estufa relacionado a viagens de negócios. Essa evidencição é observada unicamente no Banco do Brasil. Percebe-se a preocupação destas instituições em divulgar ações que visam à redução das emissões de gases do efeito estufa. As evidencições relacionadas com o indicador EN17 estão apresentadas na sequência.

4.9 INDICADOR EN17 - EMISSÕES INDIRETAS RELEVANTES DE GASES DE EFEITO ESTUFA, POR PESO

A seguir apresenta-se a tabela 3 com as evidências encontradas nos relatórios do Banco do Brasil para o período de análise.

Tabela 3: EM 17 - Emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso no Banco do Brasil

Fonte de emissão	Em tCO ₂ e				
	2011	2012	Varição(%)	2013	Varição(%)
Energia adquirida	17.663	54.235	207,1%	68.774	26,8%
Viagens aéreas	10.664	7.954	-25,4%	5.917	-25,6%
Total	30.338	64.201	111,6%	76.704	19,5%

Fonte: Relatório Anual Banco do Brasil (2011, 2012 e 2013).

O Itaú apresenta em 2011 que a instituição divulga que outras emissões de GEE indiretas relevantes somaram 178.653,9 tCO₂e. Em 2012 foram lançadas na atmosfera 180.723,60 e 2013 167.284,76 tCO₂e.

O Bradesco em 2011 divulgou que as emissões de 200.763,79 tCO₂e. A instituição divulga que houve aumento significativo das emissões, em 2011, em decorrência da inclusão da metodologia para cálculo das emissões por disposição de resíduos em aterros, pelo Programa Brasileiro GHG *Protocol*. O Bradesco em 2012 e 2013 não divulgou o indicador EN17.

O Banco Santander em 2011 divulgou os seguintes dados para o indicador EN17: viagens em aeronaves - 10.515; viagens terrestres - 10.525; resíduos orgânicos - 683; resíduos orgânicos em terceiros - 4.291; consumo elétrico em terceiros - 347; papa pilhas - 811; transporte (fretados, transporte de valores) - 13.450; papel - 22.928; construção de novas agências - 20.538; totalizou 84.088 toneladas de CO₂. No relatório de 2012 a

instituição relata que as viagens em aeronaves, resíduos orgânicos em terceiros, papa-pilhas, consumo elétrico em terceiros e transporte de valores e fretados, consumiram 76.665 toneladas de CO₂, divulga ainda que em 2011 foram gastos 80.290 toneladas de CO₂ valor que não condiz com o anteriormente divulgado. Para o ano de 2013 não houve relato do indicador EN17.

Observa-se que as instituições ao reportarem o indicador EN17 evidenciam o total de emissões. O Banco do Brasil e o Santander divulgam a emissão por categoria. Não há padronização dos dados, outro ponto observado é a diferença significativa de valores na comparação entre uma instituição e outra, bem como a alteração dos valores divulgado em um ano se comparado com o anterior, como aconteceu no Santander. A seguir a descrição da evidenciação do EN19.

4.10 INDICADOR EN19 - INDICADOR EN19 - EMISSÕES DE SUBSTÂNCIAS DESTRUIDORAS DA CAMADA DE OZÔNIO, POR PESO

O Banco do Brasil divulga que o indicador EN19 não é reportado em seu relatório de sustentabilidade pelo fato de que as atividades da instituição não exercem impactos na camada de ozônio como o caso específico do CFC 11. As duas possibilidades eram as geladeiras e ar condicionados existentes e estes foram substituídos por outros com tecnologia não nociva. No relatório anual de 2012 o banco relata como não material, já em 2013 embora divulgue a informação no relatório trata-se apenas a informação que integra o Índice Carbono Eficiente (ICO2) da BM&FBovespa, que reúne empresas com governança corporativa e práticas transparentes em relação a suas emissões de GEE.

O Itaú divulgou em 2011 e 2012 os dados da tabela 4. Já em 2013 não foram encontradas evidências.

Tabela 4: EN19 EMISSÕES DE SUBSTÂNCIAS DESTRUIDORAS DA CAMADA DE OZÔNIO, POR PESO do Itaú Unibanco

		Unidade	
		medida	
		2011	2012
R22	t	6,65	3,9
R141b	t	0,53	0,7
tCFC-11			
R22	equivalente	0,37	0,21
R141b		0,06	0,08

Fonte: Relatório Anual Itaú Unibanco 2011 e 2012.

O Bradesco evidencia os seguintes dados relativos ao exercício 2011: HFC-134a - 148,72 tCO₂e; R-407C - 47,03 tCO₂e. Já nos relatórios de 2012 e 2013 do Bradesco não foi possível identificar a informação.

O Santander divulgou em 2011 que emitiu 13.879 kg de R22; 1.500 kg de R141; 283 kg de R407 e zero emissão de R11. Em 2012 o indicador foi classificado como não material e em 2013 não houve divulgação do EN19.

Nos dados apresentados percebe-se que as instituições que divulgaram o indicador através de classificação por substância foram o Itaú Unibanco, Bradesco e Santander. O Banco do Brasil divulga que não há emissão de substâncias na atmosfera decorrente de sua atividade. Percebe-se que não há padronização nas divulgações. Na sequência descreve-se as evidenciações relacionadas com o indicador EN20.

4.11 INDICADOR EN20 - INDICADOR EN20 - NOX, SOX E OUTRAS EMISSÕES ATMOSFÉRICAS SIGNIFICATIVAS, POR TIPO E PESO

O Banco do Brasil divulga que não está reportando o indicador EN20 em seu relatório de sustentabilidade em virtude de o banco ainda não possuir mecanismos de mensuração de emissão de NOx e SOx. Nos relatórios de 2012 e 2013 o indicador é reportado como não material.

Em 2011 o Itaú Unibanco divulgou que não tem emissões significativas de POP, VOC, HAP, e emissões de chaminé e fugitivas. Informa os seguintes dados relativos a 2011: NOx – 51,9 toneladas; SOx – 3,4 toneladas; TOC – 4,9 toneladas; PM – 3,5 toneladas; CO – 11,8 toneladas. Já em 2012 e 2013 não foram encontradas evidências do indicador EN20.

O Bradesco em 2011 evidencia os seguintes dados relativos ao exercício 2011: NOx – 1.102.426 kg; SOx – 62.279 kg. Em 2012 e 2013 não foram encontradas evidências.

O Santander não reporta o indicador nos relatórios de 2011 e 2012. No relatório de 2013 descreve o EN20 como 21.753kg de R22; 2.070kg de R141; 1.734kg de R407; 123kg de R134 e 2.783kg de R410 emitidos na atmosfera, porém essas substâncias foram descritas como EN19, ressalta-se que o EN20 especifica o NOX, SOX e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.

Na evidencição do EN20 somente o Banco do Brasil não apresentou o indicador. Não há padronização na apresentação dos dados. A seguir a apresentação do EN21.

4.12 INDICADOR EN21 - DESCARTE TOTAL DE ÁGUA, POR QUALIDADE E DESTINAÇÃO

O Banco do Brasil não reporta o indicador EN21 em seu relatório e divulga que é uma instituição financeira, sendo que o descarte de água é doméstico tratado pelas concessionárias e não há impactos significativos. Nos relatórios de 2012 e 2013 o indicador não é reportado.

O Itaú em 2011 divulga o total consumido, sendo o mesmo que o total descartado que atinge 2.058.707 m³/ano. O descarte, que ocorre via estações de tratamento de esgoto (ETEs), também não afeta significativamente os corpos d'água ou habitats. Em 2012 não é reportado o indicador e em 2013 a instituição apresenta a seguinte informação “Para saber mais sobre nossas iniciativas para diminuir o consumo de energia e água e nossos gastos ambientais, assista ao nosso vídeo de ecoeficiência” (RA, 2013, p. A-405). Percebe-se, porém a divulgação de iniciativas e não o descarte como requer o indicador.

O Bradesco em 2011 divulga que toda a água, aproximadamente 1.621.640 m³, utilizada nas operações do Bradesco é descartada em esgoto doméstico. Em 2012 e 2013 não foram encontradas evidências.

O Santander não apresentou o indicador no triênio da pesquisa.

No atual contexto Brasileiro com a crise de abastecimento de água em determinados estados da federação, o indicador apresenta-se como mecanismo de controle de consumo, bem como as entidades o reuso podem trazer benefícios a longo prazo as instituições bancárias.

4.13 INDICADOR EN22 - PESO TOTAL DE RESÍDUOS, POR TIPO E MÉTODO DE DISPOSIÇÃO

A Tabela 5 apresenta as informações evidenciadas pelo Banco do Brasil no período de análise.

Tabela 5: EN22 - Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição Banco do Brasil

Coleta Seletiva	2011	2012	2013
Unidade de medida	kg	kg	ton
Material coletado	397.933	-	-
Material doado	291.110	-	-
Papel		5.754.371	20.161,73
Plástico		120.665	31,62
Metal		69.647	3,38
Pilhas e baterias		6.118	-
Vidro		3.973	0,92
Total	689.043	5.954.774	20.197,65

Fonte: Relatórios Anual Banco do Brasil (2011, 2012 e 2013).

Percebe-se que houve uma melhora na divulgação por tipo de resíduo do ano de 2011 para 2012 e 2013. Em 2011 apresentam-se os dados somente de material coletado e material doado, enquanto para os demais anos da pesquisa houve descrição dos resíduos. A tabela a seguir apresenta-se as evidências do Itaú Unibanco.

A Tabela 6 apresenta as informações apresentadas pelo Itaú Unibanco no período de análise.

Tabela 6: EN22 - Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição Itaú Unibanco

Resíduos (ton)	2011	2012	2013
Não Perigosos	12396,89	13156,6	11081,27
Perigosos	2487,75	146,41	6794,7
Resíduos por destinação (ton)	2011	2012	2013
Não Perigosos			
<i>Compostagem</i>	351,44	554,251	431,76
<i>Reciclagem</i>	10282,09	9558,54	7809,88
<i>Aterro sanitário</i>	1549,06	3043,81	2776,63
<i>Aterro industrial</i>	214,3	-	-
Perigosos			
<i>Reciclagem</i>			
- <i>Lâmpadas</i>	70968	43466	35561
- <i>Cartuchos</i>	4901	-	-
Aterro sanitário	-	-	2776,63
Desativação eletrotérmica	0,7	0,94	-
Aterro industrial	2,6	-	-
Resíduos não especificados	6,7	-	-
Destinação não especificada	6,7	-	-

Fonte: Relatórios Anuais Itaú Unibanco (2011, 2012 e 2013).

O Itaú Unibanco explica que os resíduos não perigosos destinados à reciclagem são aparas de papel, plástico, papel, metais, vidro, madeira e resíduos de obras. Os resíduos não perigosos destinados ao aterro sanitário compreendem orgânico e de obras e os resíduos perigosos destinados à reciclagem contêm pilhas, baterias, bem como, computadores e componentes trocados após consertos, como tubos de TV, monitores, fios metálicos, peças plásticas, placas eletrônicas e cabos e motores elétricos, baterias de *no-break*. Já os resíduos perigosos destinados ao aterro industrial estão computadores aproximadamente 4% do lixo eletrônico gerado e 3% das pilhas e baterias.

A Tabela 7 apresenta as informações evidenciadas pelo Banco Bradesco para o ano de 2011.

Tabela 7: EN22 - Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição Banco Bradesco

Resíduo	2011	Mét. Disposição	Classificação resíduo
Sucata proveniente dos carros sinistrados (ton)	2340	reciclagem	Não perigoso
Papel-carbono (kg)	7800	reciclagem	Não perigoso
Quantidade de lacres (kg)	14208	reciclagem	Não perigoso
Lâmpadas (unid)	33492	reciclagem	Perigoso
Papel (kg)	2.154.163,73	reciclagem	Não perigoso
Papelão (kg)	101.184,81	reciclagem	Não perigoso
Plástico (kg)	26.054,13	reciclagem	Não perigoso
Vidros (kg)	561,2	reciclagem	Não perigoso
Madeira (m3)	32,97	reciclagem	Não perigoso
Metais (kg)	2.115,36	reciclagem	Não perigoso
Resíduos orgânicos (kg)	48.260,00	compostagem	Não perigoso
Resíduos orgânicos (kg)	1.773.658,81	Aterro sanitário	Não perigoso
Resíduos tecnológicos da Organização (kg)	254.759	Reciclagem / reprocessamento	Perigoso
Cheque compensado	1.604	reciclagem	Não perigoso
Materiais pós-arquivo morto reciclados	570	reciclagem	Não perigoso
Correspondências de produtos e serviços Bradesco retornados (ton)	53,08	reciclagem	Não perigoso

Fonte: Relatórios Anual Bradesco (2011).

Percebe-se que o Bradesco evidencia os resíduos pelo método de disposição e o classifica como perigoso e não perigoso no relatório de 2011. Nos relatórios de 2012 e 2013 não foi identificada a evidência do indicador.

O Santander divulgou em 2011 que do consumo de (concreto, alvenaria, cerâmica e terra), entre outros 45% do total foram reciclados ou reutilizados, ainda do consumo de madeira, aço, plástico e papel o índice de reciclagem chegou a 47%. Porém não atende ao escopo do indicador que é o peso dos resíduos. A divulgação aborda, ainda, que nos prédios administrativos certificados com a norma ISO14001, foi melhorada a coleta seletiva para 38,8% do total em 2011. Nos relatórios de 2012 e 2013 não foram encontradas evidências.

4.14 INDICADOR EN23 - NÚMERO E VOLUME TOTAL DE DERRAMAMENTOS SIGNIFICATIVOS.

O Banco do Brasil divulga no relatório de 2011 que por conta da natureza de seus serviços, não possui atividades que impliquem em derramamentos significativos. Em 2012 o indicador é considerado não material e no ano de 2013 o EN23 é abordado no índice como peso total de resíduos discriminado por tipo e método de disposição no estudo apresentado como EN22 seguindo a versão G3 da GRI.

O Itaú Unibanco em 2011 evidenciou que dada à natureza dos negócios, as atividades não geram derramamentos significativos. No relatório de 2012 o indicador não é apresentado e no de 2013 este se apresenta como indicador de número G4-EN23 - peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição, porém no presente estudo esse indicador é abordado como EN22 seguindo a diretriz G3 da GRI.

O Bradesco apresenta o indicador como não aplicável em 2011, em 2012 evidencia que não houve derramamento e em 2013 não foi localizado a evidenciação do indicador EN23.

O Santander apresenta nos relatório de 2011 e 2012 o indicador como não material. No relatório de 2013 divulga informações sobre a coleta de resíduos, destacando o indicador G4-EN23, que neste estudo foi apresentado no indicador EN22.

Percebe-se que o indicador EN23 não é apresentado pelas instituições, nos relatório de 2011 o Banco do Brasil, Itaú Unibanco e Bradesco descrevem que por conta da atividade que desempenham não apresentam derramamentos significativos, entretanto nos demais anos o indicador apresenta-se como não material ou não aplicável.

4.15 INDICADOR EN26 - INICIATIVAS PARA MITIGAR OS IMPACTOS AMBIENTAIS DE PRODUTOS E SERVIÇOS E A EXTENSÃO DA REDUÇÃO DESSES IMPACTOS.

O Banco do Brasil divulga em 2011 os seguintes programas: a) Agências Ecoeficientes: o projeto contempla a construção de agências dotadas de soluções ambientalmente benéficas e eficiência energética. b) Orla-Rio: destaca o Quiosque BB – Orla Copacabana, no Rio de Janeiro. O espaço dentre outras características capacita barraqueiros de praia sobre a gestão e reciclagem de resíduos. c) Papel: especificação técnica estabelece a exigência de aquisição de papel com certificação *Forest Stewardship Council* (FSC) ou Cerflor (certificação florestal) e ECF (livre de cloro elementar).

Em 2011, o Banco do Brasil passou a exigir a certificação ambiental da origem da matéria-prima do papel termossensível utilizado na fabricação das bobinas dos terminais de autoatendimento e de caixa. d) Serviços de limpeza e conservação de imóveis: exige-se que a empresa contratada realize a coleta seletiva de resíduos nas dependências já atendidas pelo Programa de Coleta. e) Editais e contratos de aquisição e instalação de *no-breaks* e baterias de *no-breaks*: determina a destinação à reciclagem dos equipamentos e baterias substituídos, em cumprimento à Resolução nº 401 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). f) Produtos com Atributo Socioambiental (Proteção à Biodiversidade): a instituição lançou o Ourocard “Origens” Reciclado, o primeiro cartão produzido com plástico reciclado.

O cliente que solicita o cartão contribui com as ações do Instituto Terra, que promove a recuperação e o manejo sustentável de florestas da Mata Atlântica por meio do plantio de árvores nativas das regiões ribeirinhas. A cada cartão solicitado, o cliente doa R\$ 5,00 ao Instituto Terra, adere automaticamente ao serviço de arredondamento de fatura e contribui com o plantio de uma das 400 árvores necessárias para se promover a recuperação de uma nascente. g) Pacote Bônus Ambiental: repassa parte da arrecadação de tarifas ao Programa

Água Brasil, permitindo ao cliente tornar-se co-patrocinador de ações de conservação dos recursos hídricos do País.

A adesão ao Pacote beneficia o cliente com a isenção da cobrança de juros na utilização do limite do Cheque Especial Pessoa Física por até dez dias. Em 2011, foram transferidos R\$ 3,0 milhões. h) Outros Serviços: o Débito Direto Autorizado (DDA), é um serviço que dispensa a impressão de boletos, medida que contribui para a redução do uso de papel e, conseqüentemente, beneficia o meio ambiente. Em 2011, esse serviço somou 1,2 milhão de saques eletrônicos, 18% de participação de mercado e mais de 99 milhões de boletos apresentados eletronicamente.

Em 2012 além dos programas já mencionados o Banco do Brasil evidenciou as iniciativas do Programa de Ecoeficiência: a) Programa de Racionalização do Consumo de Energia; b) Programa de Recondicionamento de Cartuchos e Toner; c) Programa de Racionalização do Consumo de Água; d) Programa de Racionalização de Impressão; e) Programa Coleta Seletiva; f) Agências Verdes e g) Certificação ISO 14001

Em 2013 o Banco do Brasil destacou ainda a locação de veículos para transporte em missões de trabalho contemplasse, entre outras exigências, a fabricação nacional e a característica bicombustível, e também está substituindo gradativamente as assinaturas de jornais em meio físico por assinaturas em meio eletrônico, o que contribui para a diminuição do consumo de papel. Por fim, em 2013 o Banco do Brasil destaca o Débito Direto Autorizado (DDA) no período, por conta da não impressão dos boletos, o DDA contribuiu para a redução de consumo de aproximadamente 54,5 mil eucaliptos, 99,1 milhões de litros de água, 4,9 milhões de kW/h de energia, além de não jogar no meio ambiente mais de 15,8 mil toneladas de CO₂.

O Itaú Unibanco divulga no relatório de 2011 que “Por conta da natureza do negócio, o banco não gera impactos significativos no uso da água, de efluentes, e poluição sonora. Além disso, os programas voltados para a redução de materiais minimizam, conseqüentemente, a produção de resíduos provenientes do papel” (RA, 2011, p. 188). A instituição aborda os projetos TI Verde, certificações ambientais e investimento em salas de telepresença para aperfeiçoar a comunicação entre as áreas e diminuir a necessidade de viagens que reduzem a emissão de GEE. Já em 2012 e 2013 não foram encontradas evidências do EN26.

O Bradesco divulga no relatório de 2011 que realiza a logística reversa em meio aos fabricantes de máquinas de autoatendimento para processo de descarte sustentável de seus ATMs. Os equipamentos são destinados à empresa recicladora. Praticamente todo o equipamento é reciclado. Entre os elementos destaca-se o aço, material que corresponde a 90% do equipamento, ainda há presença de plástico, cobre e vidro. Com o intuito de minimizar a emissão de novos cartões chaves de segurança, o Bradesco aumentou a validade desses produtos, diminuindo a necessidade de substituição.

Outra iniciativa que contribuiu para a redução de emissão dos cartões foi à criação de um aplicativo que gera chaves de segurança por meio do aparelho celular, para acesso aos canais de conveniência do Bradesco. As máquinas de autoatendimento do Bradesco são equipadas com monitores de LCD, ainda ao comprar máquinas de autoatendimento, o Banco atende parcialmente à diretiva Rohs (*Restriction of Hazardous Substances*), que visa restringir o uso de certas substâncias perigosas, como cádmio, cromo e chumbo, em seus processos de fabricação.

O Banco mantém uma área dedicada à gestão do consumo de energia elétrica e água, cujas atribuições consistem no gerenciamento dos contratos de demanda de energia elétrica com as concessionárias e na permanente pesquisa de novas tecnologias, mais eficientes e racionais, para os equipamentos, contemplando a política corporativa de sustentabilidade Em junho de 2011, o banco lançou a Cartilha de Ecoeficiência. Distribuída para os colaboradores,

traz dicas para a redução do consumo de recursos. No quesito energia elétrica, foram instalados temporizadores para desligamento automático de lâmpadas e dos luminosos, facilitando a utilização em horários programados.

Os colaboradores são orientados a aperfeiçoar o uso de elevadores, condicionadores de ar e demais equipamentos que consomem energia elétrica. Quanto à água as dependências do Banco acompanham mensalmente o consumo e realizam a manutenção das instalações, para evitar possíveis vazamentos em válvulas, descargas e torneiras. Medidas técnicas que contribuem para a redução do consumo foram adotadas, como a substituição de torneiras mecânicas por automáticas nas dependências da Cidade de Deus, nos prédios administrativos e em Agências na ocasião de reformas e manutenções.

Desde 2008, tanques têm sido construídos para captação e armazenamento de água pluvial na Cidade de Deus e na Avenida Paulista, para ser usada na rega de jardins e na lavagem de calçadas. Quanto ao papel e papelão foi implantada a coleta seletiva nos principais centros administrativos. No que se refere aos pedidos de impressos e formulários por meio do site suprimentos *On-Line*, foi estabelecida uma média mensal de requisição por usuário, de acordo com os valores gastos no ano anterior.

O Banco divulga ainda que na Cidade de Deus há aproximadamente 115 mil m² de área verde e cerca de 4.300 árvores catalogadas, com programa de reposição e plantio. Na manutenção dessas áreas é utilizada uma máquina para triturar folhas e galhos secos recolhidos durante a varredura. O material triturado (aproximadamente 2,5 toneladas/mês) é reaproveitado como adubo e aplicado na jardinagem. As podas de grama também são utilizadas como insumo. A Instituição divulga ainda o uso de papel reciclado, cartucho remanufaturados, madeira certificada para a mobília, limpeza com produtos biodegradáveis e o uso de persianas e carpetes com material reciclado.

Já em 2012 o Bradesco divulga sobre o indicador EN26 o Programa Gestão da Ecoeficiência. Os cartões fabricados com plástico PET reciclado e uso de canais de acesso para consultas por meio da internet e do celular, pois essa ação reduz a emissão de faturas e comunicações impressas, o que contribui para a diminuição de papel. Outra iniciativa é o programa auto reciclagem lançado em 2009, o projeto que consiste no reaproveitamento de sucatas e peças substituídas de veículos danificados em acidentes, produzindo menos impacto ao meio ambiente.

Quanto aos lacres e copos plásticos descartáveis a instituição divulga que por meio do site Suprimentos *On-Line* (matriz, empresas ligadas e Agências da Grande São Paulo), tiveram seu tamanho alterado de 200 ml para 180 ml. Essa simples providência gerou uma redução de 8 toneladas na geração de resíduos, com uma economia anual de R\$ 160 mil, já os lacres tiveram seu tamanho reduzido de 30 cm para 16,5 cm, o que propiciou uma redução de 16 toneladas de matéria-prima no ano e uma economia anual de R\$ 340 mil.

O Banco Bradesco divulga ainda aspectos relacionados a construções sustentáveis, gestão da emissão de gases do efeito estufa. E quanto à tecnologia verde o banco relata que nas reuniões de funcionários, a implementação de salas de videoconferência e ambientes virtualizados permite uma redução significativa no deslocamento de funcionários, reduzindo emissões de carbono. No ano de 2013 o Bradesco destaca esse indicador como o EN27 e divulga as ações já descritas em 2012.

O Banco Santander em 2011 não evidencia o indicador. No relatório de 2012 destaca a gestão de emissões e que por meio do programa Floresta Santander, projeto de reflorestamento em áreas degradadas. Nos últimos quatro anos, foram compensados 68.950 toneladas de CO₂ e reconstruídos 216 hectares de áreas degradadas. No ano de 2013 não foram encontradas evidências.

4.16 INDICADOR EN27 - PERCENTUAL DE PRODUTOS E SUAS EMBALAGENS RECUPERADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PRODUTOS VENDIDOS, POR CATEGORIA DE PRODUTO.

O Banco do Brasil relata que o indicador não é aplicável às entidades bancárias nos relatórios que compreenderam o período da pesquisa.

O Itaú Unibanco reporta no relatório de 2011 que o indicador não é material e em 2012 e 2013 não foram encontradas evidências do indicador EN27.

O Bradesco no relatório de 2011 informa na evidencição do indicador EN27 que a logística reversa dos produtos é um dos pontos relacionados dentro da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010). Relata ainda que após a regulamentação (Lei 7.404/2010), iniciou um trabalho na Organização com o objetivo de identificar e estruturar processos para atendermos à legislação e ao indicador GRI em questão. No ano de 2011, como parte do Programa de Ecoeficiência, criou o grupo de trabalho de resíduos, porém durante o período relatado, não foi possível obter informações quantitativas.

Já no ano de 2012 o Bradesco relata na evidencição do indicador o “Programa Gestão da Ecoeficiência - GT de TI Verde o Bradesco, em si, não tem atividade de comércio com produtos embalados.” (RA, 2012, p. 68). Em 2013 a instituição relata programas de inovação e tecnologia, tecnologia verde e inovações e canais eletrônicos e digitais neste quesito. Porém, as divulgações não atendem ao escopo do indicador.

No Santander não foram encontradas evidências sobre o indicador EN27.

Percebe-se que o indicador não foi observado por nenhuma das entidades da amostra e que os relatos apresentam como não material em relação à atividade bancária. A única instituição que apresenta esforços na evidencição é o Bradesco, porém está aquém de atender ao objetivo do indicador. A seguir apresenta-se o último indicador da amostra, o EN28.

4.17 INDICADOR EN28 - VALOR MONETÁRIO DE MULTAS SIGNIFICATIVAS E NÚMERO DE SANÇÕES NÃO MONETÁRIAS RESULTANTES DA NÃO CONFORMIDADE COM LEIS E REGULAMENTOS AMBIENTAIS.

O Banco do Brasil divulgou em 2011 que não houve registros relacionados ao tema. Já em 2012 O Banco do Brasil relata que não registrou multas significativas ou sanções monetárias ambientais, porém foram recebidas seis multas e sanções não monetárias ambientais. A instituição apresenta que o registro está na Nota Explicativa número 28 – Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias, porém tal relatório não integra o estudo. E no relatório anual de 2013 divulga que não houve multas.

O Itaú Unibanco evidencia que em 2011 não houve multas significativas (acima de R\$ 500 mil) ou sanções não monetárias por não conformidade com leis e regulamentos para os últimos dois anos. No relatório de 2012 e 2013 não foram encontradas evidências do indicador EN28.

O Bradesco informa que recebeu, em 2011, uma denúncia referente ao uso de geradores no Prédio Santa Cecília, onde funciona o *call center*. A denúncia veio de um vizinho, que reclamava do ruído e da fumaça dos geradores. O Banco recebeu, então, um Auto de Intimação, que exigia a instalação de equipamentos de controle de poluição e saída de fumaça em três de seus geradores. Pelo Auto de Inspeção, da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, foi constatada infração ambiental e aplicada multa de R\$ 400 mil pelo lançamento de resíduos gasosos.

O Bradesco acordou um Termo de Ajustamento de Conduta, no qual se comprometeu a instalar o sistema de controle de poluição. O equipamento foi instalado em maio de 2011, reduzindo a multa aplicada a 10% do valor original. No relatório de 2012 o Bradesco evidencia “Não ocorreram perdas financeiras resultantes de não conformidades com leis e

regulamentos ambientais” (RELATÓRIO ANUAL BRADESCO, 2012, p. 52). Em 2013 o relatório apresenta o indicador como G4-EN29, mas não houve relato de multas ou sanções ambientais.

O Santander não evidenciou nenhuma informação acerca do indicador EN28 para o período da pesquisa.

5 Considerações Finais

O artigo visa ampliar o estudo do tema referente à divulgação de informações ambientais por parte de instituições financeiras, na medida em que se propôs a descrever o comportamento de instituições pertencentes à carteira do ISE 2011 quanto à aderência ao que estabelece a *Global Reporting Initiative* - Suplemento Setorial de Serviços Financeiros relativo à divulgação de informações de natureza ambiental nos relatórios de sustentabilidade.

A análise dos dados é descritiva, tendo sido elaborada com base na técnica de análise de conteúdo. É possível observar na leitura dos relatórios que algumas instituições, ao apresentarem informações sobre alguns indicadores, reportam-se a dados do exercício de 2010. Entretanto, outras apresentam informações sobre o mesmo indicador unicamente com dados de 2011.

Quanto às unidades de medida evidenciadas pelas instituições nos indicadores não há estabelecimento de um padrão, o que dificulta a comparação da própria instituição em relação ao consumo do exercício atual e do anterior, bem como a comparação entre as instituições. Essa padronização das unidades de medidas é fator relevante para a análise dos *stakeholders*.

Com relação ao comentário adicional sugerido pela GRI – SSSF sobre a emissão de gases de efeito estufa relacionada com viagens de negócios, observa-se que o Banco do Brasil e o Bicbanco apresentam tal comentário com pouca abrangência. Quanto ao comentário adicional para especificar que os principais resíduos das instituições financeiras são o papel e o lixo eletrônico, não são identificadas observações, embora as instituições reportem o consumo, método de disposição e apresentam dados quanto a reciclagem e reutilização.

De forma geral, pode se considerar que as evidenciações apresentadas pelas instituições financeiras da amostra são aderentes ao que preceitua o padrão *Global Reporting Initiative*, pois a quase a totalidade destas faz referência aos indicadores. Assim, considera-se que o estudo torna-se pertinente à medida que permite visualizar as informações apresentadas pelas instituições em relação aos processos que visam minimizar os impactos ao meio ambiente, entendendo-se que a questão de pesquisa está respondida e o objetivo alcançado.

As análises apresentadas no estudo não podem ser generalizadas, pois se baseiam em uma amostra composta por cinco instituições financeiras, podendo ocorrer algum viés em razão da localidade, área de abrangência, público-alvo, bem como de interpretação dos pesquisadores, uma vez que foi utilizada a técnica de análise de conteúdo para verificação da aderência das informações ambientais.

Torna-se válido o registro da possibilidade de continuidade do trabalho. Pesquisas futuras podem ter abordagem direcionada a outras instituições financeiras, nacionais e internacionais. Ainda, pode-se averiguar a relação dos indicadores ambientais com o volume de intermediação financeira, resultando em percentuais comparativos de mitigação dos impactos ambientais entre as instituições. Essas questões, não menos complexas, por sua própria profundidade e relevância merecem uma discussão mais ampla de maneira a gerar novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

- ACHUA, Joseph K. Corporate social responsibility in Nigerian banking system. **Society and Business Review**, v. 3, Iss: 1, p. 57 – 71, 2008.
- ACQUIER, Aurélien; AGGERI, Franck. Une genealogie de la pensée manageriale sur la RSE. **Revue Française de Gestion**, Paris, n. 180, p. 131-157, 2008/1. Disponível em: <http://dolanca.free.fr/Seminaire/Une%20g%E9n%202008.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2012.
- AMARAL, Sergio Pinto. **Estabelecimento de Indicadores e Modelo de Relatório Sustentabilidade Ambiental, Social e Econômica: Uma Proposta para a Indústria de Petróleo Brasileira**. 2003. 250 f. Tese (Doutorado em Ciências do Planejamento Energético e Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Engenharias da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- ARIBI, Zakaria Ali; GAO, Simon. Corporate social responsibility disclosure: A comparison between Islamic and conventional financial institutions. **Journal of Financial Reporting and Accounting**, v. 8 Iss: 2 p. 72 – 91, 2010.
- BANCO DO BRASIL. **Relatório de Sustentabilidade**. Disponível em: <http://www.bb.com.br/portallbb/page3,136,3433Ret=214&bread=1>. Acesso em: 07 dez. 2012.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). 50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional. Disponível em: < <http://www4.bcb.gov.br/fis/TOP50/port/Top50P.asp> > Acesso em: 07 dez. 2012.
- BARDIN, Laurence (1997). **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70.
- BEATO, Roberto Salgado; SOUZA, Maria Tereza Saraiva de; PARISOTTO, Iara dos Santos. Rentabilidade dos Índices de Sustentabilidade Empresarial em Bolsas de Valores: Um Estudo do ISE/Bovespa. **RAI - Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 108-127, set./dez. 2009.
- BENEDICTO, Samuel Carvalho De; STIEG, Carlos Maciel; LEMES, Edilei Rodrigues de; SILVA Filho, Cândido Ferreira da. Responsabilidade Socioambiental e estratégias em instituições financeiras públicas e privadas. In: ENGEMA., **Anais...**, 2012. São Paulo.
- BICBANCO. **Relatório de Sustentabilidade**. Disponível em: <<http://www5.bicbanco.com.br/port/inf FINAN/ANUAL.ASP>>. Acesso em: 07 dez. 2012.
- BM&FBovespa. **Carteira do ISE 2012**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/noticias/2010/Carteira-do-Indice-de-Sustentabilidade-Empresarial-para-2011-reune-seis-novas-empresa-2010-11-25.aspx?tipoNoticia=1&idioma=pt-br>. Acesso em: 02 nov. 2012.
- BRADESCO. **Relatório de Sustentabilidade**. Disponível em: <<http://www.bradesco.com.br/abertura.html>>. Acesso em: 07 dez. 2012.
- CALDELLI, Andrea; PARMIGIANI, Marisa Luiza. Management Information System – A tool for Corporate Sustainability. **Journal of Business Ethics**, v. 55, 2004.
- DAY, Day; WOODWARD, Thérèse. CSR reporting and the UK financial services sector. **Journal of Applied Accounting Research**, v. 10, Iss: 3, p. 159 – 175, 2009.
- FAROOK, Sayd; HASSAN, M. Kabir; LANIS, Roman. Determinants of corporate social responsibility disclosure: the case of Islamic banks. **Journal of Islamic Accounting and Business Research**, v. 2 Iss: 2 p. 114 – 141, 2011.
- FRIEDMAN, Benjamin M. **As consequências morais do crescimento econômico**. Rio de Janeiro: Record, 2009. Tradução: Renato Bittencourt.
- GAFURI, Raquel Adriana Pin; SANTOS, Adriana dos; SOUTES, Dione Olesczuk. Indicadores Ambientais divulgados nos relatórios anuais: uma análise entre quatro instituições financeiras. In: Simpósio Internacional de Gestão de Projetos (SINGEP), 3., e Simpósio Internacional de Inovação e

Sustentabilidade, 2., 2013, São Paulo–SP. **Anais Eletrônicos...**São Paulo: Universidade Nove de Julho (UNIVOVE), 2013. Disponível em: <<http://www.singep.org.br/3singep/resultado/359.pdf>>.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6º edição, São Paulo: Atlas, 2010.

GRI - *Global Reporting Initiative*. **Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade & Suplemento Setorial de Serviços Financeiros**, versão 3.0/SSSF (2010). Disponível em: <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-FSSS-Complete.pdf>>Acesso em: 08 jan. 2013.

ITAÚ UNIBANCO. **Relatório de Sustentabilidade**. Disponível em: <<http://ww13.itau.com.br/portali/index.aspx?idioma=port>>. Acesso em: 07 dez. 2012.

KHAN, Md. Habib-Uz-Zaman; HALABI, Abdel K.; SAMY, Martin. Corporate social responsibility (CSR) reporting: a study of selected banking companies in Bangladesh. **Social Responsibility Journal**, v. 5 Iss: 3, p. 344 – 357, 2009.

KHAN, Md. Habib-Uz-Zaman; ISLAM, Muhammad Azizul, FATIMA, Johra Kayeser; AHMED, Khadem Ahmed. Corporate sustainability reporting of major commercial banks in line with GRI: Bangladesh evidence. **Social Responsibility Journal**, v. 7, Iss: 3, p. 347 – 362, 2011.

MORETTI, Sérgio Luiz do Amaral. O marketing e o social nos bancos brasileiros: evidências de relações assimétricas. **REMark - Revista Brasileira de Marketing**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 117-141, jan./abr. 2010.

NASCIMENTO, Vanessa Marcela; PEREIRA, Vera Lúcia Duarte Do Valle; SILVA, Sérgio Luiz Da; BELLEN, Hans Michael Van. Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão G3, do GRI, dos relatórios das empresas do setor bancário brasileiro. In: CONGRESSO USP-FEPECAFI, **Anais...**, 2011. São Paulo. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos112011/=b&con=1>. Acesso em: 12 fev. 2013.

SANTANDER. **Relatório de Sustentabilidade**. Disponível em: <<http://www.ri.santander.com.br/list.aspx?idCanalTpEW2UQ==>>. Acesso em: 07 dez. 2012.

SANTOS, Maria João Nicolau; SILVA, Rogério Rodrigues da. A Importância da Responsabilidade Social Corporativa para a Potenciação do Capital Social em Pequenas e Médias Empresas. **Revista de Ciências da Administração**. v. 12, n. 27, p. 190-207, mai-ago./2010. Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em 27 nov. 2012.

STRUGATCH, Warren. Turning values into valuation: Can corporate social responsibility survive hard times and emerge intact? **Journal of Management Development**, v. 30, Iss: 1, p. 44 – 48, 2011. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com.ez116.periodicos.capes.gov.br/>> Acesso em 19 out. 2012.

SUN, Li. Further evidence on the association between corporate social responsibility and financial Performance. **International Journal of Law and Management**, v. 54 Iss: 6 p. 472 – 484, 2012.

VASCONCELOS, Isabella Francisca Freitas Gouveia de; ALVES, Mario Aquino; PESQUEUX, Yvon. Responsabilidade Social Corporativa e Desenvolvimento Sustentável: olhares habermasianos. **Revista de Administração e Economia**. v. 52, n. 2, p. 148-152, mar./abr.2012.

VENTURA, E. C. **Responsabilidade Social em Instituições Financeiras**. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

WAJNBERG, Daniel; LEMME, Celso Funcia. Exame da divulgação do relacionamento entre iniciativas socioambientais e desempenho financeiro corporativo nos bancos brasileiros. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 3, n. 1, p. 53-69, jan./abr. 2009.